

Os riscos de posições dogmáticas

Economia - Brasil

Se uma deflação continuada não é, de forma nenhuma, um motivo de comemoração, a projeção da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de uma taxa negativa de 0,34% para o IGP-M em setembro pode ser tida como sinal de que o País está realmente a caminho de vencer a inflação endêmica que há anos o atormenta. Nesse quadro, não deixam de ser muito significativas as estimativas dos técnicos de que a inflação, que vinha em torno de 2% ao mês, agora evolui na faixa de 0,5%. Contudo, não nos parece que, ao colher tais resultados, o governo deve fechar-se em posições dogmáticas, ignorando os sacrifícios com que a sociedade brasileira tem sido obrigada a arcar nesse período.

Normalmente, seria de esperar que, com a queda da inflação, houvesse um reflexo mais nítido sobre as taxas de juro. Não podemos imaginar como um país em que a taxa de inflação mensal está girando em torno de 0,5% possa conviver com juros efetivos, incluídos "spread" bancário, impostos e taxas, superiores a 9%, ou seja, uma taxa real de 8,45%, na melhor das hipóteses.

Podemos compreender, até certo ponto, a cautela da equipe econômica. Embora a inflação tenha tido uma queda espetacular, seria preciso esperar algum tempo até que a tendência se firme para mudar de rumos. O desaquiescimento do consumo tem sido muito sensível, alguns diriam até violento, mas os economistas com responsabilidades na condução do Plano Real continuam a temer um surto de demanda, que seria favorecido, neste quadrimestre, pelo reajuste de salários de grandes ca-

tegorias de trabalhadores e pelo movimento comercial característico das festas de fim de ano.

Mas, mesmo assim, com todas essas ressalvas, o descompasso entre a inflação e os juros já chegou a um ponto intolerável pela sociedade. Essa consciência foi perfeitamente evidenciada nesta semana em reunião na Associação Comercial de São Paulo, durante a qual entidades representativas de empresários e de trabalhadores deliberaram lançar um manifesto contra a recessão, que, segundo os participantes, já está instalada.

Não vamos aqui entrar em discussões técnicas se já se configura uma recessão ou não, mas chega a ser incrível a insensibilidade do governo diante do aperto que está sofrendo o setor produtivo, muito nitidamente expresso no número de dispensas de empregados pelas indústrias. O que o governo está esquecendo ou fingindo esquecer é o enorme peso dos juros sobre os custos das empresas. Logicamente, se os juros fossem reduzidos de forma mais palpável, esses custos também cairiam, devendo concorrer, portanto, para manter a inflação em baixa, sem conseqüências sociais tão dolorosas.

Como muitos, estamos convencidos de que o momento é oportuno também para um remanejamento mais vigoroso das taxas de câmbio, de modo a estimular a exportação, principalmente de produtos manufaturados, o que, além de render divisas ao País, teria uma ação decisiva na manutenção e na provável expansão dos níveis de emprego.

As duas medidas estão estreitamente relacio-

nadas. Como foi noticiado no início desta semana, as reservas cambiais do País atingiram, ao final de agosto, o nível histórico recorde de US\$ 45,8 bilhões, no conceito de caixa, o que significa muito mais do que o País carece para resguardar-se contra movimentos voláteis de capital. Em tais circunstâncias, necessitaria o País continuar adotando uma política de juros elevadíssimos para atrair investimentos externos, na maior parte de natureza especulativa?

O governo, é verdade, tem tomado medidas, de eficácia não comprovada, para conter o influxo de recursos externos no mercado financeiro. O que agiria efetivamente nesse sentido, e as autoridades monetárias não o ignoram, seria uma sinalização firme de que, à medida que a inflação for baixando, como já ocorre, as taxas de juro também decrescerão, movimento que seria acompanhado pela desvalorização dentro das bandas estabelecidas.

O que se propõe, como se vê, não é nada radical. Na realidade, representa o que o governo tem prometido. O presidente Fernando Henrique Cardoso e seus auxiliares diretos jamais afirmaram que a manutenção de juros elevadíssimos e de um câmbio supervalorizado eram objetivos do governo, mas tão-somente instrumentos para atingir um determinado fim. O risco agora, quando êxitos mais marcantes são registrados no combate à inflação, é de que tais políticas venham a ser entronizadas ou consideradas imutáveis.

Essa é a armadilha que é preciso desmontar desde já.